

Demonstrações Financeiras

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Duque de Caxias - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A continuidade das atividades operacionais da Companhia, depende do reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão; do reperfilamento de sua dívida e de aporte de capital próprio ou de terceiros. Os planos da Administração para continuidade operacional da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 1. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida Nota Explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das ações necessário à manutenção de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015.199/F-6


Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Ativo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	17.125	3.334
Contas a receber	5	14.577	13.522
Adiantamento a fornecedores		580	7.649
Impostos a recuperar	6	3.922	13.765
Contas a receber - Contrato de concessão	7	-	468.736
Despesas antecipadas		199	958
Outros créditos		2.194	1.452
Total do ativo circulante		38.597	509.416
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		1.108	1.003
Impostos diferidos		19.972	-
Contas a receber	5	46	7.002
Intangível	8	1.280.357	799.806
Total do ativo não circulante		1.301.483	807.811
Total do ativo		1.340.080	1.317.227

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	531.659	508.993
Debêntures	9	101.742	68.773
Fornecedores	10	25.232	40.878
Partes relacionadas	11	17.199	20.281
Salários, provisões e encargos sociais		7.990	10.841
Impostos, taxas e contribuições	12	14.643	12.531
Receitas diferidas, líquidas	13	2.797	2.628
Outras obrigações		2.061	1.793
Total do passivo circulante		703.323	666.718
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	5.456	4.381
Debêntures	9	65.350	130.427
Impostos, taxas e contribuições	12	6.897	5.740
Impostos diferidos	14	164.578	168.691
Provisões para contingências	17	552	217
Receitas diferidas	13	3.005	4.364
Total do passivo não circulante		245.838	313.820
Patrimônio líquido	15		
Capital social		295.835	96.163
Reservas de capital		-	16.985
Reservas de lucros		-	63.411
Ajuste de avaliação patrimonial		109.096	131.344
Adiantamento futuro de aumento de capital		-	28.786
Prejuízo acumulado		(14.012)	-
Total do patrimônio líquido		390.919	336.689
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.340.080	1.317.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações).

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	19	342.663	794.296
Custos dos serviços prestados	20	(212.397)	(447.208)
Lucro bruto		130.266	347.088
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(19.364)	(13.415)
Amortização de intangível		(4.341)	(4.121)
Despesas com pessoal		(9.953)	(11.371)
Outras receitas operacionais, líquidas		3	(2)
Total das despesas operacionais		(33.655)	(28.909)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		96.611	318.179
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.201	1.489
Despesas financeiras		(167.481)	(125.995)
	21	(165.280)	(124.506)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(68.669)	193.673
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		338	(9.246)
Diferido		24.082	(56.668)
	14	24.420	(65.914)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(44.249)	127.759
Quantidade de ações (lotes de mil)		9.762	7.266
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$		(4,53)	17,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido/(prejuízo) líquido do exercício	(44.249)	127.759
Outros resultados abrangentes	-	-
Realização dos custos atribuídos	22.248	16.975
Total dos resultados abrangentes	<u>(22.001)</u>	<u>144.734</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital Social			Reservas de lucros			Total	Lucros/prejuízos acumulados	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
	Capital subscrito	Capital a Integralizar	Reserva de capital	Estatutária	Legal	Reserva de retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	96.163	-	-	1.037	10.380	58.526	69.943	-	-	148.319	314.425
Subscrição de capital	92.265	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.265
Capital social a integralizar	-	(92.265)	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.265)
Adiantamento aumento capital (AFAC)	-	-	-	-	-	-	-	-	28.786	-	28.786
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	127.759	-	-	127.759
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	16.975	-	(16.975)	-
Constituição de reserva de capital	-	-	16.985	(1.037)	(10.380)	-	(11.417)	(5.568)	-	-	-
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	639	6.388	132.139	139.166	(139.166)	-	-	-
Dividendos pagos referentes a 2014	-	-	-	-	-	(58.526)	(58.526)	-	-	-	(58.526)
Dividendos pagos referentes a 2015	-	-	-	-	-	(1.207)	(1.207)	-	-	-	(1.207)
Dividendos adicional proposto pagos	-	-	-	-	-	(74.548)	(74.548)	-	-	-	(74.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	188.428	(92.265)	16.985	639	6.388	56.384	63.411	-	28.786	131.344	336.689
Integralização de capital	36.327	92.265	-	-	-	-	-	-	(28.786)	-	99.806
Capital social a integralizar	-	(1.327)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.327)
Absorção de prejuízos	-	-	-	(639)	(6.388)	(962)	(7.989)	7.989	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(44.249)	-	-	(44.249)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	22.248	-	(22.248)	-
Subscrição de capital	72.407	-	(16.985)	-	-	(55.422)	(55.422)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	297.162	(1.327)	-	-	-	-	-	(14.012)	-	109.096	390.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstração do fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro do exercício antes do IR e CSLL	(68.669)	193.673
Ajustes conciliar às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais		
Amortização	102.361	72.934
Baixa de Intangível	5	-
Apropriação de juros de empréstimos e financiamentos	119.166	86.439
Apropriação de juros de debêntures	38.673	-
Apropriação de juros sobre impostos em atraso	1.168	35
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	335	45
Receitas diferidas	(1.190)	(1.273)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.955	-
Receita de construção - contrato de concessão	(18.532)	-
Varição em ativos e passivos operacionais		
(Aumento) diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.055)	(401)
Contas a receber - contrato de concessão	-	(209.239)
Impostos a recuperar	9.843	(13.089)
Despesas antecipadas	759	2.216
Outros valores a receber	6.222	(398)
Aumento (diminuição) dos passivos		
Fornecedores	(15.646)	27.962
Contas a pagar empresas ligadas	(3.082)	15.310
Salários, provisões e encargos sociais	(2.851)	6.283
Impostos, taxas e contribuições	4.067	4.455
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	267	(2.005)
Pagamentos de IRPJ e CSLL correntes	(1.629)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	177.167	182.947
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do intangível	(95.650)	(95.831)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(95.650)	(95.831)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	98.479	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		28.786
Dividendos pagos e antecipação de dividendos	-	(203.800)
Captações através de empréstimos, financiamento e debêntures	13.907	728.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(92.815)	(564.777)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos e debêntures	(87.297)	(77.197)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(67.726)	(88.988)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	13.791	(1.872)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.334	5.206
No fim do exercício	17.125	3.334
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	13.791	(1.872)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas	401.085	837.543
Receitas de pedágio	276.577	255.592
Receitas de construção	85.898	560.363
Outras receitas	38.610	21.588
Insumos adquiridos de terceiros	(110.587)	(376.292)
Custo dos serviços prestados	(21.387)	(66.871)
Custo de construção	(60.415)	(296.332)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(28.785)	(13.089)
Valor adicionado bruto	290.498	461.251
Amortização	(102.361)	(72.934)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	188.137	388.317
Valor adicionado recebido em transferência	2.201	1.488
Receitas financeiras	2.201	1.488
Valor adicionado total a distribuir	190.338	389.805
Distribuição do valor adicionado	190.338	389.805
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	25.406	21.622
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	17.246	97.474
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	169.687	125.975
Remuneração do capital próprio (dividendos e lucros retidos)	(22.001)	144.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO (“Concer” ou “Companhia”), tendo como objeto social a recuperação, o reforço, o monitoramento, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 01 de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a Concessionária. A sede social da Companhia está localizada na Rodovia Washington Luiz, 13.892 - Jardim Primavera - Duque de Caxias - Rio de Janeiro - RJ.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O regime jurídico do Contrato de Concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-lo, fiscalizar lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de Concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da Concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da Concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da Concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a Concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente. Todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades. A exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Em 30 de abril de 2014, a Companhia assinou o Décimo Segundo Termo Aditivo ao Contrato, cujo objeto é incluir no Contrato de Concessão novos investimentos em complementação à verba já prevista para a execução da Nova Subida da Serra de Petrópolis. Os aportes de recursos complementares estipulados neste aditivo são devidos para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em razão de novos investimentos e foram reconhecidos a partir de maio de 2014. A Administração da Companhia e seus consultores legais externos revisaram os termos e o processo de assinatura do referido termo aditivo o qual, em sua avaliação, foi firmado em observância a todas as normas legais em vigor e segue válido e executável em todo o seu conteúdo.

Nova Subida da Serra

A Nova Subida da Serra (NSS) é um importante investimento da Concer para a infraestrutura viária do Brasil. Após receber autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Concer deu início à implantação do Projeto da Nova Subida da Serra da BR-040. O projeto está dividido em 5 lotes de obras e prevê a construção de uma rodovia com aproximadamente 20 quilômetros de extensão em substituição ao atual trecho de subida da Rio-Petrópolis, em operação há mais de 80 anos. Serão 15 quilômetros de duplicação da atual descida - que apresenta traçado mais moderno - e outros 5 quilômetros que irão compor a extensão de um túnel rodoviário.

O contrato foi reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, considerando uma taxa interna de retorno (TIR) real e do projeto de 8,01%. Além disso, a Companhia fará jus ao recebimento de uma taxa de administração de 10,12% para os investimentos em Capex e 6,24% para os investimentos indiretos.

A indenização dos investimentos foi inicialmente dividida em três pagamentos aproximados de: R\$ 263.814 (com vencimento definido para 31 de dezembro de 2014), R\$ 640.746 (com vencimento até 31 de dezembro de 2015) e R\$ 335.312 (a ser recebido em até 30 dias após a conclusão da obra).

Do montante contratado, ocorreu pagamento parcial do poder concedente em 2015, no valor de R\$ 237.360. Conforme previsto no aditivo, na falta de pagamento pelo poder concedente, o reequilíbrio contratual se dá através de extensão de prazo de concessão (Nota 7).

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Em consequência de procedimentos instaurados pelo Tribunal de Contas da União - TCU a obra da Nova Subida da Serra encontra-se paralisada desde agosto de 2016 sem previsão de retomada. Em janeiro de 2017, o TCU determinou a recomposição da equação econômica e financeira do contrato de concessão, o que a Administração da Companhia espera que ocorra ao longo do exercício social de 2017. A Administração da Conker, com o suporte de seus consultores legais externos entende que o poder concedente esteja inadimplente em relação aos termos firmados no Décimo Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e em virtude de tal fato buscará junto ao Poder Concedente e demais órgãos da União o reequilíbrio econômico e financeiro previsto no Contrato de Concessão e em seus termos aditivos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 664.726 (R\$157.302 em 31 de dezembro de 2015), e prejuízo em 2016 de R\$ 44.249 em vista de altos encargos financeiros e de empréstimos e financiamentos obtidos para fazer face aos compromissos assumidos, que demandam a realização de novos investimentos na rodovia. Embora, a observação temporária de capital circulante líquido nas fases inicial e intermediária dos projetos sejam usuais aos empreendimentos de concessão de serviço público, uma vez que no início destes projetos há uma incidência grande de gastos incorridos e financiados por empréstimos ponte, a situação da Conker foi agravada pela ausência dos aportes originalmente previstos no Décimo Segundo Termo Aditivo ao Contrato e pela não conversão, até o encerramento do exercício, dos empréstimos ponte em linhas de financiamento de longo prazo.

Adicionalmente, em 16 de janeiro de 2017, a Companhia teve dívidas declaradas vencidas antecipadamente, detalhadas na nota explicativa 9, que resultou na reclassificação (naquela data) de R\$ 65.350 para dívidas de curto prazo, aumentando o capital circulante líquido neste mesmo montante.

A Administração da Companhia vem analisando as alternativas para equacionar a situação patrimonial e financeira da Conker; dentre os planos e ações em curso destacam-se os seguintes objetivos:

- Reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão (junto ao Poder Concedente e demais órgãos da União).

Com o suporte de seus consultores jurídicos externos a Administração tem apresentado os recursos legais e administrativos e análises e informações pertinentes ao Poder Concedente e demais órgãos da União, visando o reequilíbrio financeiro do contrato de concessão. Embora não haja como precisar o prazo para apreciação e conclusão deste processo a Administração espera que este tema seja equacionado no exercício de 2017.

- Seleção e contratação de agente financeiro especializado para assessorar a Companhia nas discussões junto aos credores visando o alongamento e perfil de sua dívida de forma que seu serviço venha a ser viabilizado.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração, busca um consultor financeiro especializado para auxiliar a Concer nas alternativas para consolidação, alongamento e perfil de sua dívida e para assistir a Companhia nas discussões destas alternativas junto a seus credores.

- Redução de custos operacionais e administrativos da Concer.

A Administração vem analisando e implementando medidas no curto prazo visando a redução de seus custos administrativos e operacionais; dentre estas medidas estão a revisão de sua estrutura administrativa e contratos de prestação de serviços, dentre outras iniciativas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 12 de abril de 2017.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e a determinação dos custos e receitas de construção decorrentes da Nova Subida da Serra.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

--Continuação

2.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do Contrato de Concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

A mensuração da receita de construção da nova subida da serra cuja contrapartida é o ativo intangível, é determinada pela aplicação da relação percentual dos custos incorridos em relação ao custo total projetado sobre a remuneração total atualizada prevista no décimo segundo termo aditivo.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos mensalmente na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras --Continuação

2.1. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo, amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

--Continuação

2.2. Impostos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários venham a ser utilizados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

--Continuação

2.2. Impostos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributação

As receitas brutas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta juntamente com o ISS. Na demonstração de resultado as receitas são apresentadas pelos saldos líquidos dos impostos mencionados acima.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro - que foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e levaram em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos diversos e outras contas a receber, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures

2.4. Contas a receber

As contas a receber estão apresentadas pelo valor de realização.

2.5. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos (quando liquidados antes do vencimento), bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A companhia não capitalizou os juros.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

--Continuação

2.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a Concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da Concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é oriunda do serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

--Continuação

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados evidências que indicassem a necessidade de revisão do valor realizável de seus ativos.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos contas movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito referentes à arrecadação das praças de pedágio. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

2.9. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

--Continuação

2.10. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Contratos de Concessão - ICPC 01 (R1)

A Companhia contabiliza os Contratos de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

--Continuação

2.11. Contratos de Concessão - ICPC 01 (R1)--Continuação

do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

A remuneração prevista no Décimo Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, relativo ao complemento da nova subida da serra não prevista no PER, foi contabilizada em contrapartida ao ativo financeiro até março de 2016 e depois como intangível em observância à orientação prevista no ICPC01 (R1). (Nota 7)

2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do valor adicionado - é apresentada como informação suplementar.

2.13. Segmentos

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

--Continuação

2.14. Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício pela de média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais Disponíveis durante o período conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação.

2.15. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

CPC 03 - Iniciativa de divulgação - Alterações à CPC 03

As alterações à CPC 03 Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. O pronunciamento foi revisado pelo CPC em conformidade com os esclarecimentos feitos pelo IASB, em vigor na data de emissão das demonstrações financeiras, e que a Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis, ou seja, em 01 de janeiro de 2017.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Continuidade das Operações

Embora a Companhia esteja em discussões em curso com o Poder Concedente e outros órgãos da União, e de terem sido declaradas vencidas antecipadamente dívidas de sua emissão, a Administração adotou como premissa a continuidade das operações da Concer, pois acredita nos planos e ações em curso (sumariadas na Nota 1) que inclui respostas tempestivas e apropriadas as ações, discussão e negociação com o Poder Concedente e reperfilamento das dívidas junto às instituições financeiras.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

Continuidade das Operações--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Amortização de intangível

A Companhia efetua a amortização dos saldos do ativo intangível através do índice calculado pela curva de passantes. A estimativa está em conformidade com as práticas contábeis vigentes e é efetuada de acordo com o fluxo de carros estimados até o final da concessão e atualizado mensalmente com o fluxo real através das informações retiradas dos sistemas operacionais da Companhia.

Receita de construção

A Companhia efetua o reconhecimento da receita de construção, apurando com base no Custo efetivo, atualizando pelo IPCA do mês.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixas e bancos	17.097	3.137
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	28	197
	17.125	3.334

As aplicações financeiras são compostas por CDB de curto prazo, indexados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

Circulante

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dbtrans	752	770
Visa	359	200
Auto Expresso	716	800
Via Fácil	11.943	11.308
Uso Faixa domínio	273	133
Conectcar	324	115
Outros	210	196
	<u>14.577</u>	<u>13.522</u>

Não circulante

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contas a receber	46	46
Outros créditos "Uso faixa de domínio"	8.708	8.708
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.708)	(1.752)
	<u>46</u>	<u>7.002</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou a Provisão para créditos de liquidação duvidosa, em virtude de o cliente estar em recuperação judicial.

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Antecipações IRPJ	211	8.441
Antecipações CSLL	65	2.830
ISSQN a recuperar	1.598	1.564
IR a recuperar	1.723	625
CS a recuperar	36	151
Outros impostos a recuperar	289	154
	<u>3.922</u>	<u>13.765</u>

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber - contratos de concessão

	31/12/2016	31/12/2015
Indenizações a receber	-	468.736
	-	468.736

Como descrito na Nota 1, a Conker assinou, em 30 de abril de 2014, o 12º Termo Aditivo que previa aportes de capital como forma de reequilíbrio do Contrato de Concessão pela realização das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis e nova praça de pedágio, não contidas no Plano de Exploração da Rodovia (PER). De acordo com o Aditivo, estas remunerações seriam indenizações do poder concedente.

Do montante previsto para recebimento até 31 de dezembro de 2014 (aproximadamente R\$263.814), R\$182.999 foram recebidos em 05 de janeiro de 2015 e em 28 de abril de 2015 foram recebidos R\$54.361. O montante previsto para recebimento até 31 de dezembro de 2015 não foi recebido até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia entende que o pagamento parcial da parcela vencida em 31 de dezembro de 2014 e o não pagamento da parcela vencida em 31 de dezembro de 2015 ensejam inadimplência do Poder Concedente e por tal motivo possui segurança jurídica de que o reequilíbrio do contrato é devido e será obtido. Considerando que o referido 12º Termo Aditivo prevê a extensão de prazo em caso de não realização dos aportes, a Companhia em 31 de março de 2016 efetuou a transferência do ativo financeiro para o ativo intangível no montante de R\$487.267 e passou a classificar mensalmente a receita de construção no ativo intangível.

8. Intangível

	Recuperação, operação e melhoramentos da rodovia	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Outros	Total
Custo do intangível bruto				
Saldo em 31/12/2014				
Aquisições	1.271.828	32.077	160.262	1.464.167
Baixas	38.788	4.985	52.058	95.831
Saldo em 31/12/2015	1.310.616	37.062	212.320	1.559.998
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2014	(677.678)	(9.580)	-	(687.258)
Amortização	(67.398)	(5.536)	-	(72.934)
Saldo em 31/12/2015	(745.076)	(15.116)	-	(760.192)
Valor contábil líquido				
Saldo em 31/12/2015	565.540	21.946	212.320	799.806

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível--Continuação

	Recuperação, operação e melhoramentos de rodovias	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Intangível Nova Subida da Serra	Total
Custo do intangível bruto				
Saldo em 31/12/2015	1.310.616	37.062	212.320	1.559.998
Construções/Aquisições	19.712	7.192	68.746	95.650
Baixas	-	(33)	-	(33)
Transferência	-	-	487.267	487.267
Saldo em 31/12/2016	1.330.328	44.221	768.333	2.142.882
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2015	(745.076)	(15.116)	-	(760.192)
Amortização	(96.085)	(6.276)	-	(102.361)
Baixas	-	28	-	28
Saldo em 31/12/2016	(841.161)	(21.364)	-	(862.525)
Valor contábil líquido				
Saldo em 31/12/2016	489.167	22.857	768.333	1.280.357

A taxa de amortização é calculada com base no volume de tráfego anual em relação ao volume total de tráfego estimado no período da concessão, 18,95% em 2016 e 12,54% em 2015.

Caso a recomposição da equação econômica e financeira do contrato de concessão (referente à nova subida da serra) se materialize por metodologia diversa da extensão de prazo contratual prevista no Décimo Segundo Termo Aditivo, a Administração da Companhia efetuará análise tempestiva dos efeitos contábeis e divulgações aplicáveis a eventual nova forma que venha a ser proposta e acordada com o Poder Concedente, se diferente daquela estipulada nos atuais termos contratuais.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos podem ser assim demonstrados:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento - intangível				
FINAME - Guanabara	524	493	1.247	206
FINAME - ABC do Brasil	209		443	184
FINEP	1.595	237	1.679	1.844
Banco Mercedes	926	1.156	877	2.128
Banco Guanabara - CDC	138			
Leasing	20		302	19
	3.412	1.886	4.548	4.381
Financiamento - capital de giro				
Banco ABC	37.535	-	39.500	-
Banco Guanabara	4.246	3.570	8.058	-
Banco Panamericano	6.993	-	16.010	-
Banco Fibra	8.355	-	-	-
Banco Pine	48.356	-	52.864	-
BNDES	193.487	-	158.924	-
Notas promissórias	216.993	-	214.063	-
Banco Crédito Varejo	12.282	-	15.026	-
	528.247	3.570	504.445	-
	531.659	5.456	508.993	4.381

FINAME

Refere-se aos seguintes contratos: (1) i. Contrato de financiamento do produto BNDES-FINAME-Guanabara para aquisição de 4 (quatro) caminhões Mercedes-Benz. O valor dos equipamentos segundo contrato é de R\$ 1.826, sendo 10% liquidado a vista e o restante R\$1.643, financiado em 36 parcelas, com carência 03 (três) meses para início de amortização. Os juros pactuados em contrato são de 4% ao ano. Alienação Fiduciária dos equipamentos financiados. ii. Contrato de financiamento do produto BNDES-FINAME-Guanabara para aquisição de 04 (quatro) guinchos socorro KABI-STRONG. O valor dos equipamentos conforme o contrato é de R\$ 2.060 sendo 10 % liquidado à vista e o restante R\$ 1.854, financiado em 36 parcelas, com carência de 3 (três) meses para início da amortização. Os juros pactuados do contrato são de 4% ao ano. Alienação Fiduciária dos equipamentos financiados. (2) i. Contrato de financiamento do produto BNDES-FINAME-ABC do Brasil para aquisição de 3 (três) Compressor Portátil. O valor dos equipamentos é de R\$ 592,5, sendo 20% liquidado à vista e o restante financiado em 30 parcelas mensais, com carência de 06 (seis) meses para início de amortização. Os juros pactuados em contrato são de 7,5% ao ano.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

FINAME--Continuação

Alienação Fiduciária dos equipamentos financiados e Fiança Bancária. ii. Contrato de financiamento do produto BNDES-FINAME- ABC do Brasil para aquisição de 3 (três) Carreta de Perfuração.

O valor dos equipamentos é de R\$441, sendo 20% liquidado à vista e o restante financiado em 30 parcelas mensais, com carência de 06 (seis) meses para início de amortização. Os juros pactuados em contrato são de 7,5% ao ano. Alienação Fiduciária dos equipamentos financiados e Fiança Bancária. (iii) Contrato de financiamento do produto BNDES-FINAME- ABC do Brasil para aquisição de 4 (quatro) Betoneira Hidráulica. O valor dos equipamentos é de R\$ 272, sendo 20% liquidado à vista e o restante financiado em 30 parcelas mensais, com carência de 06 (seis) meses para início de amortização. Os juros pactuados em contrato são de 7,5% ao ano. Alienação Fiduciária dos equipamentos financiados e Fiança Bancária.

Contrato FINEP

Trata-se de financiamento para custear as despesas incorridas na elaboração dos Estudos e Projetos da Nova Subida da Serra de Petrópolis da Rodovia BR-040, pactuado em 27 de agosto de 2009. Os valores liberados são amortizados em prestações mensais, com vencimento iniciado em 15 de maio de 2011 e terminando em 15 de janeiro de 2018.

A taxa de juros é de 8% ao ano - sujeito ao *spread* de 5% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada inicialmente tendo como garantia carta de fiança bancária, no entanto, em 10 de dezembro de 2010, foi assinado termo aditivo ao contrato de financiamento, tendo por objetivo a exclusão das cartas de fiança e inclusão da Triunfo Participações e Investimentos como avalista da operação.

Contratos Banco ABC Brasil S.A. - Cédula de Crédito Bancário

Com o objetivo de captar recursos para realização das obras da Nova Subida da Serra até a liberação de financiamentos de longo prazo, a Companhia contraiu empréstimos com o Banco ABC Brasil SA.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

Contratos Banco ABC Brasil S.A. - Cédula de Crédito Bancário--Continuação

Os contratos existentes foram renegociados e em 31 de dezembro de 2016 o primeiro contrato apresentava um montante de R\$ 28.700 com juros de CDI + 4,45% ao ano e parcela única para 06 de janeiro de 2017. O segundo contrato apresentava nesta data um saldo de R\$ 8.350 com juros CDI + 4,70% ao ano e parcela única para 13 de janeiro de 2017.

No vencimento de 13 de janeiro de 2017, a Companhia renegociou os contratos para vencimento em 05 e 12 de julho de 2017.

Contratos Banco Guanabara - Cédula de Crédito Bancário

Em 22 de dezembro de 2015 foi emitida Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$ 5.058, com vencimento no dia 22 de junho de 2016 e taxa de juros de CDI + 6,8% a.a. No mês de junho foi realizado aditamento à CCB em referência para pagamento em 19 de dezembro de 2016, com taxa de juros de CDI + 7,44% a.a. e Alienação Fiduciária dos equipamentos financiados. No mês de dezembro de 2016 foi realizado aditamento à CCB para amortizações mensais com a taxa de juros mantida e vencimento em 19 de dezembro de 2018.

Em 15 de julho de 2015 foi emitida Cédula de Crédito Bancário no valor total de R\$ 3.000, e em 15 de janeiro de 2015 a mesma foi aditada com taxa de juros de CDI + 6,8% a.a. e vencimento em 15 de julho de 2016. No mês de julho de 2016 foi realizado aditamento à CCB para amortizações mensais com juros de CDI + 7,44% a.a. e vencimento em 16 de julho de 2018. Alienação Fiduciária dos equipamentos financiados.

Contratos Banco Panamericano - Cédula de Crédito Bancário

Em 18 de julho de 2014 foi emitida Cédula de Crédito Bancário no valor total de R\$ 28.500, com taxa de juros de CDI + 3,00% a.a., com parcelas mensais, sendo a última em 17 de julho de 2015. Em 18 de fevereiro de 2015 e 17 de março de 2015 foi amortizado o valor de R\$4.750 nos dois meses, perfazendo o total de R\$9.500.

Antes do vencimento, foi realizado um aditamento, no valor de R\$19.000 e taxa de CDI+ 5,50% a.a., com parcelas mensais de amortização, com vencimento para 27 de abril de 2016.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

Contratos Banco Panamericano - Cédula de Crédito Bancário--Continuação

Em 09 de março de 2016 foi aditada a CCB em questão, com valor de R\$9.500 com amortizações mensais, a partir de julho de 2016 e vencimento final em 09 de setembro de 2016, com taxa de juros CDI + 7,5% a.a.

No mês de agosto foi aditado a CCB no montante de R\$ 8.000 com mesma taxa de juros anterior e parcela única de amortização, com vencimento para 16 de novembro de 2016, tendo como avalista da operação a TPI-Triunfo Participações Investimentos S.A.

A CCB foi aditada no valor de R\$7.734 com a mesma taxa de juros e pagamentos mensais de R\$750 e bullet em 28 de fevereiro de 2017.

Contratos Banco Fibra - Cédula de Crédito Bancário

Em 14 de janeiro de 2016 foi emitida a Cédula de Crédito Bancário no valor total de R\$12.800, com taxa de juros de CDI + 6% a.a., amortização em 06 (seis) parcelas mensais e vencimento final em 13 de janeiro de 2017, tendo como avalista da operação a TPI- Triunfo Participações e Investimentos S.A.

Em 10 de outubro de 2016 foi assinado o 1º aditivo à CCB alterando a forma de pagamento do saldo restante do contrato. Neste aditivo foram estabelecidas amortizações mensais de R\$800 e bullet em 13 de janeiro de 2017.

Na data da publicação desta demonstração financeira, a Companhia encontra-se nas tratativas para o reperfilamento da dívida.

Contratos Banco Pine - Cédula de Crédito Bancário

Em 15 de dezembro de 2014 foi emitida a Cédula de Crédito Bancário no valor total de R\$60.000, com taxa de juros de CDI + 4,03% a.a., parcela única de amortização, com vencimento em 15 de junho de 2015, tendo como avalista da operação a TPI- Triunfo Participações e Investimentos S.A..

No vencimento, foi realizado o aditamento, ficando o novo prazo para 13 de junho de 2016 e taxa de 6,5% a.a.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

Contratos Banco Pine - Cédula de Crédito Bancário--Continuação

Na data do vencimento foi realizado aditamento à CCB, com o principal reduzido para R\$49.000 e novo prazo de vencimento para 11 de outubro de 2016.

Quando do vencimento, o contrato foi aditado no valor de R\$48.000 com a mesma taxa de juros e amortização única em 13 de janeiro de 2017.

Na data da publicação desta demonstração financeira, a Companhia encontra-se nas tratativas para o reperfilamento da dívida.

BNDES

Em 07 de maio de 2015 foi celebrado o contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no valor total de R\$420.000 (quatrocentos e vinte milhões), tendo a TPI- Triunfo Participações e Investimentos S.A. como interveniente da operação.

O crédito foi dividido em 4 (quatro) subcréditos:

	<u>R\$</u>	
Subcrédito A	147.000	4,25%a.a + TJLP
Subcrédito B	63.000	4,25%a.a + TR
Subcrédito C	147.000	3% a.a + TJLP
Subcrédito D	63.000	3 %a.a + TR

Em 26 de junho de 2015 foi disponibilizado à Companhia um recurso parcial no montante de R\$150.000 (cento e cinquenta milhões) advindos dos Subcréditos "A" e "B", nos valores de R\$90.000 (noventa milhões) e R\$ 60.000 (sessenta milhões) respectivamente.

O vencimento do contrato foi em 15 de novembro de 2016 e encontra-se em tratativas para o reperfilamento da dívida.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

Notas Promissórias

Em 18 de janeiro de 2016, a Companhia assinou contrato de financiamento, na modalidade de Notas Promissórias, com o Banco Santander (Brasil) S.A., BB Banco de Investimento S.A. e Banco Itaú BBA S.A. O financiamento totalizou R\$ 210.000 (duzentos e dez milhões) na data da emissão (valor original) para a utilização, com encargos de CDI + 2,00% a.a. terá como garantidor a TPI- TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. e a Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. As Notas Promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias a contar da data da emissão.

Na data do vencimento foi realizada Assembleia Geral de Notas Promissórias deliberando sobre a prorrogação do vencimento por 60 (sessenta) dias.

Em 14 de setembro de 2016 foi realizada uma nova Assembleia deliberando a prorrogação da data de vencimento das Notas Promissórias por 47 (quarenta e sete) dias, passando a data de vencimento para 31 de outubro de 2016. Em 28 de outubro de 2016 a Assembleia Geral dos Detentores de Nota Promissória aprovou a postergação do vencimento anteriormente definido para 30 de novembro de 2016.

Em 28 de novembro de 2016 foi realizada uma Assembleia Geral de Notas Promissórias que deliberaram a data de vencimento de 30 de novembro de 2016 para o dia 12 de janeiro de 2017.

Na data da publicação desta demonstração financeira, a Companhia encontra-se nas tratativas para o reperfilamento da dívida.

A Companhia teve as notas promissórias declaradas vencidas antecipadamente em 16 de janeiro de 2017. As notas promissórias já se encontravam em 31 de dezembro de 2016 classificadas no passivo circulante.

Contratos Banco Crédito Varejo - Cédula de Crédito Bancário BMG

Em 08 de junho de 2015 foi pactuado contrato de cédula de crédito bancário - Conta Garantida no valor de R\$15.000, em parcela única, com vencimento dezembro de 2015 e taxa de juros de CDI + 4,28 a.a., tendo como avalista da operação TPI- Triunfo Participações e Investimentos. Em dezembro de 2015 foi aditado o contrato por mais 182 dias, mantidas as mesmas taxas.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

Contratos Banco Crédito Varejo - Cédula de Crédito Bancário BMG

Em 24 de março foi realizado um aditamento, com saldo de principal de R\$13.250, com vencimento em 01 de julho de 2016 e taxa de juros de CDI + 4,78% a.a.

Em 07 de julho foi realizado um novo aditamento, com saldo de principal de R\$12.200, com vencimento em 12 de setembro de 2016, mantidas as mesmas taxas.

Em 29 de setembro de 2016 foi assinado o aditivo com o Banco para amortização do montante de R\$ 12.200 em parcelas mensais a partir de janeiro de 2017 e vencimento em 20 de dezembro de 2017 e taxa de juros de CDI + 7% a.a.

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	-	3.012
2018	1.394	1.119
2019 a 2020	492	231
	<u>1.886</u>	<u>4.362</u>

b) Debêntures

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Debêntures	101.742	65.350	68.773	130.427
	<u>101.742</u>	<u>65.350</u>	<u>68.773</u>	<u>130.427</u>

Em 13 de julho de 2013 a Companhia firmou um instrumento particular para emissão de debêntures não conversíveis em ações junto aos bancos Itaú e Santander por um montante de R\$200.000 (com um custo de transação de R\$5.607). As debêntures não possuem cláusula de repactuação.

A data de emissão para todos os fins e efeito foi em 17 de junho de 2013. As debêntures emitidas são de série única, com remuneração semestral a partir da data de emissão, nos meses de junho e dezembro de cada ano. As mesmas serão remuneradas pela variação acumulada de CDI, capitalizadas inicialmente com sobretaxa de 2,10% expressas na forma percentual ano, base de 252 dias úteis.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Debêntures--Continuação

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 31 de agosto de 2015, foi aprovada a alteração do *spread* da Remuneração das Debêntures, que era de 2,10% a.a. e passará a ser, a partir de 17 de dezembro de 2015 de CDI+3,85% a.a.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$1.000, na data de emissão, sem atualização de valor nominal. Foram emitidas 200 (duzentas) debêntures.

O prazo de vencimento das debêntures é de cinco (5) anos. O valor unitário das debêntures inicialmente previsto para ser amortizado em três (3) pagamentos anuais iguais e consecutivos, conforme tabela abaixo:

<u>Data de amortização</u>	<u>Percentual do valor nominal unitário das</u>
17 de junho de 2016	33,34%
17 de junho de 2017	33,33%
17 de junho de 2018	33,33%

Os recursos foram utilizados para alongar e melhorar o perfil da estrutura de endividamento da Emissora, para resgatar antecipadamente a totalidade das Notas Promissórias emitidas pela Emissora em 16 de abril de 2013 e para pagamento do saldo devedor das CCB's e tem como garantidoras a TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. e a Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. As garantidoras atuaram como fiadoras e são responsáveis pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o valor nominal unitário das debêntures e a remuneração das debêntures.

Em 14 de setembro de 2016 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, na qual foi deliberada a alteração do fluxo de amortização da dívida, conforme o quadro abaixo:

<u>Data de amortização</u>	<u>Percentual do valor nominal unitário das debêntures</u>
24 de junho de 2016	0,7500%
1º de julho de 2016	0,7500%
8 de julho de 2016	0,7500%
13 de julho de 2016	10,0000%
31 de outubro de 2016	21,0900%
17 de junho de 2017	33,3300%
17 de junho de 2018	Saldo devedor

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Debêntures--Continuação

A parcela com vencimento para 31 de outubro de 2016 foi prorrogada para 30 de novembro de 2016 conforme Assembleia Geral de Debenturistas em 28 de outubro de 2016.

Em 29 de novembro de 2016 foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas que prorroga a parcela prevista para 30 de novembro de 2016 para o dia 12 de janeiro de 2017.

Cláusula de vencimento antecipado

De acordo com a Escritura de emissão de Debêntures simples, cláusula VII o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e exigir o imediato pagamento pela Emissora na ciência da ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento elencados a seguir:

- (a) Descumprimento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura.
- (b) Ocorrência de (i) dissolução, liquidação, extinção ou pedido de autofalência da Emissora e/ou das Fiadoras; (ii) decretação de falência da Emissora e/ou das Fiadoras; (iii) pedido de falência formulado, de boa-fé, por terceiros em face da Emissora e/ou das Fiadoras.
- (c) Ocorrência de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado ou decisão em procedimento administrativo contra a Emissora e/ou às fiadoras que resultem no pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000 no caso da Emissora e da Rio Bonito, consideradas em conjunto, e/ou a R\$40.000 no caso da TPI.
- (d) Declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações contraídas pela Emissora, junto a terceiros em valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.
- (e) O inadimplemento pela Emissora na data de vencimento original, e quaisquer obrigações pecuniárias ou financeiras contraídas junto aos Debenturistas.
- (f) Declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações não financeiras contraídas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras junto aos Debenturistas e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelos Debenturistas.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Debêntures--Continuação

- (g) Cisão, fusão e incorporação da Emissora ou das Fiadoras, exceto por (i) cisão, fusão ou incorporação que mantenham a TPI na posição de controladora societária direta ou indireta da Emissora.
- (h) Caso haja, a qualquer tempo, atraso, suspensão ou paralisação das atividades objeto do Contrato de Concessão por culpa da Emissora, desde que não remediado no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados de referido atraso, suspensão ou paralisação.
- (i) Na hipótese da Escritura de Emissão tomar-se comprovadamente ineficaz, inexecutável ou inválida nos termos de qualquer sentença judicial (que não seja uma liminar), e tal invalidade ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 10 (dez) dias úteis da sua ocorrência.
- (j) Aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão.
- (k) Pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio na ocorrência de qualquer hipótese de Evento de Inadimplemento, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- (l) Rescisão, anulação, encampação, caducidade da concessão objeto do Contrato de Concessão, exceto caso a Emissora obtenha decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades da Emissora dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados (i) da data de publicação no Diário Oficial do cancelamento, revogação, ou suspensão, ou (ii) data do recebimento, pela Emissora de notificação comunicando o cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro.
- (m) Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações dos alvarás de funcionamento ou licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto caso a Emissora obtenha decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades da Emissora dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado (i) da data de publicação Diário Oficial da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, ou (ii) data do recebimento, pela Emissora de notificação comunicando a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Debêntures--Continuação

- (n) Decretação de intervenção pela ANTT, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento.

A Companhia teve as debêntures declaradas vencidas antecipadamente em 16 de janeiro de 2017, reclassificando o montante de R\$ 65.350 para o passivo circulante.

10. Fornecedores

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Manutenção e conservação	1.219	6.227
Operação	6.305	2.112
Custo de construção	13.339	30.598
Gastos gerais Administrativos/Pessoal	4.369	1.515
Outros	-	426
	<u>25.232</u>	<u>40.878</u>

11. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	<u>Fornecedores</u>		<u>Intangível</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
TPI S.A.	5.540	823	-	-
Consórcio NSS	-	-	55.249	127.997
Rio Bonito	11.659	13.518	-	-
Compasa	-	5.940	-	14.125
Total	<u>17.199</u>	<u>20.281</u>	<u>55.249</u>	<u>142.122</u>

A Concessionária contratou a empresa Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia, serviços de manutenção, conservação e Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU) os quais são realizados no trecho sob a responsabilidade da Companhia. Houve rescisão do contrato em outubro de 2015, com saldo em aberto no Passivo.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas--Continuação

A COMPASA foi contratada para realizar serviços de recuperação do pavimento flexível em toda extensão da Rodovia.

O Consórcio NSS (Nova Subida da Serra) foi contratado para a execução de obras de contenção, recuperação, implantação de acessos e retornos ao longo de toda extensão da rodovia e para a execução da obra da Nova Subida da Serra.

Valores contratuais:

a) Contrato de Execução de Obras da Nova Subida da Serra

No contrato de implantação da “Nova Subida da Serra” estão previstos serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte corrente, drenagem, sinalização, obras complementares, túnel, obras de artes especiais e obras de contenção. O contrato tinha o prazo de 36 meses contados a partir da emissão da Ordem de Serviços definitiva, por parte da contratante. O preço global do contrato é de R\$ 758.422. Trata-se de um contrato por empreitada a preço fixo (*turn key*) e não são conhecidos ou esperados eventos que venham majorar a obrigação da Companhia em relação a este contrato.

12. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recolher

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda	-	891
Contribuição Social	-	324
COFINS	6.680	2.298
PIS	719	504
ISSQN	3.492	2.984
Imposto de renda retido na fonte	483	915
Contribuições retidas na fonte (Pis, Cofins e CSLL)	500	2.111
Parcelamentos tributários	2.769	2.504
	14.643	12.531

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

b) Parcelamento débitos tributários

A Companhia apresenta parcelamento dos seguintes tributos:

	60 parcelas	Início dezembro/2015
· -Pis/Cofins		
	130 parcelas	Início setembro/2006
· PIS		
	60 parcelas	Início novembro/2015
· INSS		
· ISS (Prefeituras de Areal /Matias Barbosa/Petrópolis/Duque de Caxias)	60 parcelas	Início janeiro/2016
	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento PIS	33	220
Parcelamentos federais (PIS/COFINS)	2.875	3.594
Parcelamentos previdenciários	3.362	2.066
Parcelamento ISS	3.396	2.364
	9.666	8.244
Passivo circulante	2.769	2.504
Passivo não circulante	6.897	5.740

13. Receitas diferidas

As Receitas diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$ 20.709, dos quais R\$ 7.699 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$ 970 acrescidos de R\$ 404 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M. O contrato teve seu início em outubro de 2007.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à Companhia para implantação de rede de afluente o valor de R\$ 26 e para implantação de adutora o valor de R\$ 156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receitas diferidas--Continuação

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Eletronet pagou à Companhia uma remuneração total de R\$7.942. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência dos contratos, o qual está previsto até o término do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo líquido das receitas a diferir estavam distribuídos da seguinte forma:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Eletronet	2.307	3.172
Embratel	3.186	3.563
Itaipava	63	56
Telebrás	246	201
	<u>5.802</u>	<u>6.992</u>
Passivo circulante	2.797	2.628
Passivo não circulante	<u>3.005</u>	<u>4.364</u>

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia vem reconhecendo imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentando conforme sua natureza:

	31/12/2016			31/12/2015
	IRPJ	CSLL	Total	Total
IR e CS diferidos				
Ativo				
IR e CS diferidos s/prov. custo manutenção	149	54	203	203
IR e CS diferidos s/prov. contingências	2.851	1.026	3.877	695
IR e CS diferidos s/prejuízo fiscal	11.685	4.207	15.892	
Total ativo	14.685	5.287	19.972	898
Passivo				
Sobre reserva reavaliação	41.325	14.877	56.202	65.965
Sobre leasing	271	98	369	414
Sobre margem construção	72.777	26.200	98.977	90.313
Sobre amortização intangível	6.640	2.390	9.030	12.897
Total passivo	121.013	43.565	164.578	169.589
IR e CS diferidos passivo líquido	106.328	38.278	144.606	168.691

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão demonstrados a seguir:

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado--Continuação

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(68.669)	193.673
Alíquota nominal (IRPJ de 25% e CSLL de 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	23.347	(65.849)
(Adições) exclusões permanentes	(550)	101
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	-	-
Incentivos (FIA/Lei Rouanet/Esporte/PAT)	-	(166)
Outros	1.623	-
Imposto de renda e contribuição social reconciliado	24.420	(65.914)
IRPJ e CSLL correntes	338	(9.246)
IRPJ e CSLL diferidos	24.082	(56.668)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	24.420	(65.914)
Alíquota efetiva	36%	34%

A alíquota nominal dos impostos é de 34,0% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, totalizando R\$ 297.162 em 31 de dezembro de 2016. O capital autorizado é de R\$ 303.000.

Em 17 de dezembro de 2015, houve subscrição de capital no montante de R\$ 92.265, a serem integralizados em até 90 dias. Os acionistas efetuaram os aportes, ocorrendo a transferência do capital integralizado em 30 de junho de 2016.

Em 11 de julho de 2016, houve aumento de capital no montante de R\$ 20.000. Os acionistas efetuaram os aportes, ocorrendo a transferência do capital integralizado em 30 de setembro de 2016.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 28 de novembro de 2016, foi definido um aumento de capital, a ser integralizado em espécie. Conforme boletim de subscrição, o valor a ser integralizado ao capital será de R\$ 16.327, representado por 326.545 ações. Em 31 de dezembro, havia um saldo de R\$ 1.327 a ser integralizado.

Em 17 de dezembro de 2016, houve aumento de capital, sem emissão de ações, integralizados com a reserva de capital constituída em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 16.985 e reserva de lucros constituídos em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$55.422, totalizando em R\$72.407.

O capital social em 31 de dezembro de 2016 está composto conforme demonstrativo:

	Ações		Total	%
	Ordinárias	Preferenciais		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	2.114.258	4.228.516	6.342.774	64,98%
Construcap CCPS Engenharia e Com. S.A.	577.559	1.155.115	1.732.674	17,75%
CMSA Participações S.A.	336.910	673.819	1.010.729	10,35%
CCI Concessões S.A.	225.252	450.504	675.756	6,92%
Pessoas físicas	-	6	6	-
	3.253.979	6.507.960	9.761.939	100%

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a reserva de reavaliação constituída em anos anteriores com base em laudo emitido por peritos independentes. O seu saldo é apresentado líquido dos efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 (R1) o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "ajuste de avaliação patrimonial".

c) Reserva estatutária

De acordo com o estatuto social, deverá ser constituída uma reserva específica para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão, através da aplicação do percentual de 0,5% sobre os lucros líquidos anuais da Companhia, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

e) Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

16. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

<u>Marcos contratuais</u>	<u>Valor da importância segurada</u>	<u>Prazo de vigência</u>
Risco patrimonial - veículo	100% da tabela FIPE (i)	Set/2016 a Set/2017
Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento	103.331	Dez/2016 a Dez/2017
Responsabilidade civil	18.841	Dez/2016 a Dez/2017
Garantia de execução da concessão	15.896	Abr/2016 a Abr/2017
Risco de engenharia - Nova Subida da Serra	841.870	Dez/2013 a Mai/2017

(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

17. Provisão para contingências

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, conforme demonstradas abaixo:

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Processos trabalhistas	72	136	(1)	207
Processos cíveis	145	200	-	345
Processos tributários	-	-	-	-
Provisão para contingências	217	336	(1)	552

A administração baseada na opinião de seus assessores jurídicos considera que as causas com probabilidade de perda possível são: Civil R\$109.349 e Trabalhistas R\$230.

A Companhia está sendo questionada, pelo Ministério Público Federal - MPF e TCU, sobre os procedimentos e determinados valores relacionados ao processo de assinatura do Décimo Segundo Termo Aditivo Contratual, através do qual resultou contratada a obra da Nova Subida da Serra de Petrópolis. A Companhia e seus consultores jurídicos externos, após reanálise do contrato, seus anexos, processos administrativos que envolveram sua assinatura e demais aspectos legais relacionados ao Décimo Segundo Termo Aditivo, entende nenhum dano foi causado pela Concer, que detém crédito perante ao Poder Concedente (e em última análise a União) em decorrência do inadimplemento por parte da ANTT ao Décimo Segundo Termo Aditivo e levando-se também em consideração que o contrato fora executado em maior proporção do que as parcelas percebidas do Poder Concedente; contudo como as obras encontram-se paralisadas e o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato em discussão, há a possibilidade de se materializarem contingências em decorrência do assunto

18. Remuneração dos administradores

A proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia para o período corrente foi apresentada e aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31 de maio de 2016, que estabeleceu a remuneração global da diretoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de até R\$4.952 e a remuneração para os conselheiros de até R\$127.

Em dezembro de 2016, foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$3.711 (R\$2.609 em 31 de dezembro de 2015). Em 2016 não houve pagamento da remuneração variável.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas. A Companhia não possui um plano de opções de ações.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita operacional líquida

A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Receita de pedágio	276.576	255.592
Receitas acessórias	4.898	4.618
Receita de construção	85.898	560.363
(-) Imposto sobre a venda	(24.709)	(26.277)
	342.663	794.296

20. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados apresenta a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Manutenção e conservação	(5.521)	(28.007)
Operação	(28.556)	(39.460)
Custo de construção	(60.415)	(296.332)
Custo de monitoramento	(4)	(56)
Projetos especiais	(94)	(108)
Pessoal	(19.787)	(14.432)
Amortização custos	(98.020)	(68.813)
	(212.397)	(447.208)

21. Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está assim composto:

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	147	1.190
Juros ativos	2.018	223
Outras receitas financeiras	36	76
	2.201	1.489
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(119.166)	(69.480)
Juros sobre debêntures	(38.673)	(47.205)
Outros	(9.642)	(9.310)
	(167.481)	(125.995)
	(165.280)	(124.506)

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Compromissos

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2017	32.369
2018 a 2021	36.006
	68.375

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com o índice de atualização da tarifa constante da revisão 23 do PER, aprovada em agosto de 2016. Tal índice foi de 4,71016

23. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

a) Análise dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38 - Instrumentos financeiros (Reconhecimento e mensuração), CPC 39 - Instrumentos financeiros (Apresentação) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros (Evidenciação).

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- (ii) Empréstimos e financiamentos - São classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigentes em 31 de dezembro de 2016 foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2017 e a partir destas calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2016. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Santander (debêntures)	CDI	22.775	28.468	34.162
Banco ABC do Brasil	CDI	5.116	6.395	7.674
Banco Panamericano	CDI	953	1.191	1.430
Banco PINE	CDI	6.591	8.239	9.886
Banco Fibra	CDI	1.139	1.423	1.708
Banco Guanabara	CDI	1.065	1.332	1.598
Notas promissórias	CDI	29.576	36.970	44.364
Banco Crédito Varejo	CDI	1.674	2.093	2.511
CDC- Guanabara	CDI	19	24	28
FINEP	TJLP	137	172	206
FINAME - Guanabara	TJLP	76	95	114
FINAME - ABC	TJLP	102	128	154
Finame - Mercedes	TJLP	69	87	104
BNDES	TJLP	14.512	18.139	21.767
		83.804	104.756	125.706
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	13,63%	17,04%	20,45%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	7,50%	9,38%	11,25%

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Para fins de aplicação financeira, não efetuamos a análise de sensibilidade visto que o risco de variação de cenário é irrelevante.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), e de financiamentos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista, pagamentos antecipados e a receber em no máximo 30 dias, provenientes de cobrança automática.

O risco de crédito de saldos com contas correntes e aplicações financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia. A Companhia diversifica com contrapartes de primeira linha para minimizar a concentração de riscos.

e) Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

e) Risco de mercado--Continuação

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal, no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

i) *Risco de taxas de juros e inflação*

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

f) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

g) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de suas concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, apresenta riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos previstos

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

h) Operações com derivativos

A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos financeiros derivativos.

i) Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	704.207	712.253
(-) Caixas e equivalentes de caixa (Nota 4)	(17.125)	(3.334)
Dívida líquida	687.082	708.919
Patrimônio líquido	390.919	336.689
Total do capital	1.078.001	1.045.608
Índice de alavancagem financeira - %	63,74%	67,80%

24. Eventos subsequentes

A Companhia informa que em 16 de janeiro de 2017 foi notificada pela Planner Trustee DTVM Ltda., na qualidade de agente fiduciário das emissões, sobre a declaração de vencimento das Notas Promissórias da Concer ("NPs") e o vencimento antecipado da 1ª emissão de Debêntures.

As NPs foram contratadas junto aos Bancos Itaú, Banco do Brasil e Santander como empréstimo ponte até a liberação integral do empréstimo ponte firmado com o BNDES, este estruturado para financiar a execução das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis previstas no 12º Aditivo do Contrato de Concessão.

A operação contratada junto ao Banco Pine, Cédula de Crédito Bancário (CCB), teve seu vencimento em 13 de fevereiro de 2017.

A operação contratada junto ao Banco Fibra, Cédula de Crédito Bancário (CCB), teve seu vencimento em 13 de janeiro de 2017.